

A Hegemonia do Agronegócio: o capital vai à escola e forma seus novos intelectuais

Rodrigo de A.C. Lamosa¹ – rodrigo1281@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo apresenta análise sobre a formação da hegemonia do agronegócio a partir da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Desde 2001, a ABAG desenvolve nas escolas públicas sua ação pedagógica através do Programa Educacional Agronegócio na Escola. O artigo conclui que os professores cumprem importante função intelectual no projeto político pedagógico do agronegócio, sobretudo no que tange a produção de uma nova imagem, desvinculada do trabalho escravo e da crise socioambiental.

Palavras-Chave: Agronegócio – Hegemonia - Intelectual

¹ Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa – Professor Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Projeto Político Pedagógico do Partido do Agronegócio: o capital vai à escola e forma seus novos intelectuais

Este artigo apresenta a análise sobre a ação pedagógica da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), desenvolvida desde 2001, em diversas redes públicas de ensino na região de Ribeirão Preto (SP). O Programa Educacional Agronegócio na Escola tem como principal objetivo valorizar a imagem do setor, segundo consta nos documentos oficiais da entidade, e é neste sentido que a escola e o trabalho docente são assimilados à estratégia da associação.

A ABAG, desde sua fundação, em 1993, cumpre o papel histórico de partido da classe dominante, uma vez que se legitima como a organização que mobiliza, forma e dá a direção ético-política as frações do capital associadas ao agronegócio brasileiro (PINTO, 2010; LACERDA, 2009). A ABAG, neste sentido, organiza um conjunto de frações da classe dominante (agrária, bancária, industrial e comercial) autodenominado como agronegócio, visando à hegemonia (MENDONÇA, 2010; BRUNO, 2011). Para tanto, a associação empreende um projeto de valorização da imagem do agronegócio, tendo na escola pública e na educação ambiental, respectivamente, espaço e instrumento de difusão de uma nova imagem identificada com a sustentabilidade.

Os docentes que são assimilados pelo programa cumprem a função de intelectual, no sentido gramsciano, na medida em que são os responsáveis pela elaboração dos projetos pedagógicos, desenvolvidos nas escolas a partir do tema gerador, material e formação fornecidos pela ABAG. Os docentes, diferente dos intelectuais orgânicos que ocupam o posto de direção política da associação, cumprem o papel de difundir na realidade local a auto imagem do agronegócio, reproduzida no material pedagógico distribuído entre alunos. Portanto, desempenham a função de uma camada intermediária de intelectuais, fundamental segundo Gramsci (2011), no sentido, que são responsáveis por introduzir no seio da classe trabalhadora, neste caso, através da educação de seus filhos, a ideologia da classe dominante.

Ao longo da pesquisa foi possível identificar diferentes formas de resistência à inserção da ABAG nas escolas. Esta resistência, entretanto, não tem sido capaz de frear a realização do Programa Educacional Agronegócio na Escola nos municípios da região, com exceção da cidade de Matão que tem se negado a assinar o termo de parceria. A pesquisa identificou que o principal fator para a superação das resistências tem sido assimilação dos docentes das escolas públicas participantes do programa que se inserem

na estratégia empresarial mantendo uma autonomia relativa diante da associação, expressa nas entrevistas realizadas.

A pesquisa foi conduzida a partir do levantamento de documentos produzidos pela ABAG, através de sua regional (ABAG-RP), entrevistas semiestruturadas com professores, com o secretário de educação do município de Matão e com os responsáveis pelo programa. A pesquisa investigou também as atas do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto, onde foi apresentada denúncia ao programa educacional da ABAG.

O artigo conclui que o projeto da ABAG vem sendo desenvolvido com êxito, apesar das resistências empreendidas pelos movimentos sociais e acentuada no município de Matão. A forma de assimilação do trabalho desenvolvido nas escolas, estabelecida através do programa analisado, permite a associação utilizar toda a capacidade criativa característica deste espaço em proveito do seu objetivo de difundir a autoimagem do agronegócio.

1. O Projeto Político Pedagógico do Partido do Agronegócio

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país, defendido enquanto o meio mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como “arcaicas” e de baixa capacidade tecnológica (LOUREIRO, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (ALIER, 2009), se constitui em um eixo discurso poderoso do agronegócio brasileiro.

A ABAG teve ao longo dos seus vinte anos de existência seis presidentes: Ney Bittencourt (1993-1996), Arturo José Furlong (1996), Luiz Alberto Garcia (1996-1999), Roberto Rodrigues (1999-2002), Carlo Lovatelli (2002-2011) e Luiz Carlos Corrêa Carvalho (2011-2013). Cada presidente cumpriu um mandato de três anos, com exceção de Arturo José Furlong que ficou apenas seis meses no cargo e Carlo Lovatelli que permaneceu por três gestões.

Na gestão do presidente Roberto Rodrigues a associação criou sua regional na macrorregião em Ribeirão Preto em 2001. A ABAG/RP foi criada com a missão de valorizar a imagem do agronegócio, tanto na sociedade civil, onde opera programas e projetos, quanto na sociedade política, junto ao estado estrito na macrorregião de Ribeirão Preto.

A ABAG/RP resultou da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região, que se uniram para realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. No site oficial da associação o projeto político é justificado da seguinte forma: “em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro”. Enfim, mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio na principal região do agronegócio brasileiro foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de criação da Associação.

A origem da ABAG/RP está relacionada ao contexto de mobilização de um grupo, denominado Imagem, formado por usineiros da região de Ribeirão Preto. Neste ano, este grupo que estava interessado em ampliar suas atividades de valorização institucional, unificando com representantes de outras cadeias produtivas, propôs a organização de um consórcio do agronegócio no estado de São Paulo. Neste contexto, Paulo de Araújo Rodrigues, empresário do setor e que fazia parte deste grupo, organizou uma série de encontros entre o grupo Imagem e o presidente da ABAG, não por acaso seu pai, Roberto Rodrigues. Destes encontros foi formalizada a intenção de criar uma ABAG regional, situada na capital do agronegócio, fortalecendo o movimento associativo nascido na década anterior.

A ABAG/RP já acumula a inserção de intelectuais no interior da sociedade política, através da indicação da Secretária Geral da ABAG-RP, Mônica Bergamaschi, ex-aluna de Roberto Rodrigues, a secretária de agricultura do estado de São Paulo. Mônica ocupou, além do cargo mais importante na regional, diversos cargos de direção na ABAG nacional, começando pela direção do Instituto de Estudos do Agribusiness

(1996-1999), do ARES e da própria ABAG, além de ter sido membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

As principais estratégias utilizadas pela ABAG/RP se concentram na área da comunicação, utilizando os meios mediáticos e a escola pública como principais instrumentos de difusão da nova imagem do agronegócio brasileiro. O intuito da associação é divulgar sua atuação e preocupações em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental. Os resultados deste trabalho são avaliados pela ABAG-RP através de pesquisas que objetivam identificar as mudanças da imagem do setor na opinião pública.

O trabalho escravo e as queimadas sempre foram os aspectos denunciados na região e explicitados, através dos resultados da pesquisa de opinião produzida a pedido do grupo de empresários ligados ao setor de cana e fundadores da ABAG/RP, em 2000. Segundo os resultados desta pesquisa, estes eram os principais aspectos negativos que caracterizava a imagem do agronegócio na região. A partir da criação, então, da regional da ABAG, em 2001, todos os esforços desta organização foram no sentido de valorizar a imagem do setor, associando-o a outros aspectos, como a modernização e a segurança alimentar, já difundidos pela entidade nacional, mas, sobretudo, o desenvolvimento sustentável. Foi a partir daí que surgiu a proposta de desenvolver nas escolas públicas da região de Ribeirão Preto um programa de Educação Ambiental sob o título Programa Educacional Agronegócio na Escola.

O Programa Educacional Agronegócio na Escola é a principal ação realizada pela ABAG/RP naquela região conhecida como “capital do agronegócio” tendo como objetivo a valorização da imagem do agronegócio. A ação pedagógica da associação surgiu, justamente, após uma pesquisa de opinião, realizada em 2000, ter identificado que a imagem do agronegócio estava vinculada ao trabalho escravo e às queimadas. A iniciativa de entrar nas escolas públicas teve como principal objetivo ressignificar esta imagem, associando o setor à sustentabilidade.

Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG/RP, aos estudantes do ensino médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.” (site oficial da ABAG/RP) Segundo a diretora executiva da ABAG/RP, a preocupação com a imagem do patronato rural em Ribeirão Preto é anterior ao programa educacional, era

desenvolvido pelo grupo Imagem, mas se restringia ao setor produtivo associado a cana de açúcar:

“ABAG 1: “Bom, na verdade a ABAG de Ribeirão Preto antes dela ser criada tinha um grupo que era especificamente do setor de cana chamado Imagem que buscava trabalhar a imagem da cana na região que em função do modelo de produção que envolvia a queimada. Pra você fazer o corte manual da cana tinha muitos impactos na cidade, aquela foligem, e as questões de problema respiratório. A cana pelos centros urbanos tinha um certo preconceito.

ABAG 2: “Era mal visto.”

ABAG 1: “Mal visto.”

A fala das representantes da ABAG/RP revela a preocupação em enfatizar a existência de um “antes” e um “depois” do processo de mecanização do corte de cana. Na fase anterior, o “modelo de produção a época” produzia um tipo de impacto sócio ambiental distante da fase atual, mecanizada, moderna e, isto exigia, em primeiro lugar, a unidade da cadeia produtiva do agronegócio num projeto “mais amplo de valorização institucional do agronegócio”. Neste sentido surgiu a proposta de trabalhar a imagem do agronegócio junto às escolas. No primeiro momento, o trabalho nas escolas se concentrou junto aos alunos do Ensino Médio:

“ABAG 1: “Em função deste modelo de produção da época. Então, o que aconteceu? Eles queriam melhorar este trabalho de valorização da imagem e surgiu quando foi criado este grupo e eles resolveram englobar as demais cadeias. Não só a cana, mas um pouco mais amplo da valorização institucional da imagem do agronegócio, tá? Então, antes da criação deste, em 2000, teve uma pesquisa de opinião que constatou como que era visto este setor, especificamente a cana e também viu esta ideia de trabalhar uma coisa mais ampla, de uma forma institucional e vamos tentar agregar outros setores, outras cadeias para além da cana de açúcar. Bom, e aí as estratégias para fazer isso, uma delas a educação, porque a educação com os alunos? Nós fazemos um trabalho com 8º e 9º ano. Teve uma época que foi uma faixa etária um pouco maior.”

O fim da parceria com a Rede Estadual de Educação de São Paulo ocorreu em 2008. Segundo a coordenadora do programa da ABAG/RP, houve na época um desentendimento com as Diretorias de Ensino que começou a não liberar os professores para as visitas às empresas e palestras proferidas pela ABAG. Foi neste momento que a associação definiu por mudar o parceiro e passou a oferecer o programa nas redes municipais:

“ABAG 2: “Pelo que eu percebi que o Paulo falou no encerramento, do que eu fiquei sabendo, foi porque realmente a Secretaria começou a não liberar professor, começou a ter impedimentos, vários! Barrar, não liberar, começaram a ter problema com professores substitutos, uma coisa assim. Eles começaram a colocar alguns impedimentos, aí em alguma reunião eu acho que eles decidiram, então ó vamos partir pro municipal só, a gente faz cidade por cidade, e aí começou em Ribeirão. Foi a primeira, né? Começou em Ribeirão. Era só Ribeirão em 2009. Aí

em 2010 já foi um pouco mais, aí foi crescendo. E hoje estamos com trinta e dois.”

O Programa Educacional Agronegócio na Escola trabalha junto aos professores e aos alunos, através de um conjunto de ações que se inicia numa proposta de formação, denominada pela ABAG/RP como “capacitação”. Esta primeira etapa da capacitação é aberta a todos os professores das escolas que integram as redes municipais que assinaram o acordo com a associação. Nesta capacitação podem estar presentes mesmo aqueles professores que não pretendem inscrever projetos no programa.

A capacitação é oferecida em duas ações. A primeira é uma palestra realizada para os professores com o palestrante Roberto Rodrigues. A exposição se concentra nas virtudes do agronegócio para a história do país, os aspectos sustentáveis do setor e as diferenças positivas impostas pelas modernizações produtivas da agricultura. O segundo momento ocorre no interior das empresas associadas da ABAG/RP. O envolvimento do professor com esta etapa da capacitação é imprescindível, segundo as representantes da ABAG/RP, pois é o momento em que ele vai “captar melhor a mensagem” que a associação quer que seja reproduzida pela escola:

“**ABAG 1:** Além do material de apoio, a gente também dá uma capacitação para os professores. Porque? O que a gente entende é o seguinte: se o professor, ele capta, pra ele também entender melhor o assunto e captar melhor a mensagem que a gente está tentando passar, é importante ele passar por esta capacitação. Trata-se de uma palestra, ministrada pelo Roberto Rodrigues que foi o ministro da agricultura e depois um dia de visitas as empresas associadas. Então, ele tem primeiro esta palestra de conceituação, uma visão macro do que é o setor no Brasil e a sua expressividade no mundo e depois ele vai especificamente conhecer uma empresa associada que pode ser desde uma usina, pode ser uma fazenda de café, uma empresa de máquinas e equipamentos agrícolas, instituições de pesquisa e ensino. Então, são diferentes agentes das cadeias e eles podem conhecer e eles conseguem levar melhor este entendimento para a sala de aula. E até nesta capacitação dele, ele consegue ser estimulado a ter ideias e visões diferentes sobre como abordar este assunto com os alunos em sala de aula.”

O objetivo da palestra é capacitar, por isto esta ação é denominada pela ABAG/RP de capacitação, os professores a conhecer o agronegócio enquanto uma cadeia de agentes que vai desde uma usina, passando por uma fazenda de café ou de cana, uma empresa de máquinas e implementos agrícolas em geral, instituições de pesquisa e ensino. Depois de ser “capacitado”, segundo as representantes, está apto a abordar este assunto com os alunos em sala de aula. No discurso das representantes da ABAG/RP fica nítido que o papel do professor no programa é de mero mediador entre a associação e os alunos. Este caso parece explicitar bem porque não é necessário que nenhum funcionário da

ABAG/RP entre em sala de aula, pois no programa parece que a proposta é que os funcionários do agronegócio sejam os próprios professores da escola pública.

Na edição 2012, a palestra de capacitação foi acrescida da participação do psiquiatra Içami Tiba, conhecido pelas suas obras “Quem ama educa” (2004) e “Adolescentes: quem ama educa!” (2008). A participação de Içami Tiba foi bem avaliada, tanto por representantes da ABAG, quanto por professores entrevistados. A partir de ambas as entrevistas, foi possível identificar que a presença do psiquiatra mobilizou os professores.

“Rodrigo: “Como é que foi a capacitação do programa?”

Professora: “Adorei. Foi uma palestra. No primeiro dia foi uma palestra com o Içami Tiba. Todos os professores gostam dele, né? Eu curti muito. Eu nunca tinha ido a uma palestra dele, embora já tivesse lido algumas obras e com um cara que foi ministro.”

A primeira palestra de capacitação é também o momento de premiação dos alunos que tiveram suas redações premiadas. Todas as escolas inscritas enviam pelo menos um professor, mas não necessariamente apenas um, e o aluno cujo a redação tenha sido selecionada. Nesta primeira capacitação, o professor recebe dois livros do palestrante Roberto Rodrigues: “Depois da Tormenta” (2008) e “Caminhando contra o vento” (2011).

Os professores recebem na primeira palestra de capacitação, junto com os dois livros do ex-ministro Roberto Rodrigues, a cartilha oficial do Programa Agronegócio na Escola e dois filmes de divulgação, um diretamente do programa e outro sobre a relação do agronegócio com a sustentabilidade. Ambos os matérias devem ser trabalhados pelos professores com seus respectivos alunos em sala de aula. A cartilha, intitulada “Agronegócio: sua vida depende dele” foi escrita pela ex-Secretária Geral da ABAG/RP Mônica Bergamashi e por Valéria Ribeiro, com a ilustração e editoração realizada por Pelicano.

A segunda etapa da capacitação oferecida pela ABAG/RP ocorre no interior das empresas associadas. Na primeira etapa, onde a capacitação ocorre a partir de uma palestra, o ex-ministro Roberto Rodrigues destaca os valores do agronegócio, sua participação nos números da economia nacional e o papel do setor na modernização da agricultura no país, fundamental para o desenvolvimento sustentável, segundo a ABAG/RP, tema da edição 2012 do programa. Na segunda etapa da capacitação, realizada no interior das empresas associadas, os professores são “capacitados” por técnicos das

empresas. Esta etapa da “capacitação” pode ocorrer em qualquer uma das diferentes partes da cadeia do agronegócio, desde a fazenda, passando pelas universidades, empresas públicas de pesquisa ou usinas da região.

A entrada da ABAG/RP nas escolas públicas, o entanto, não ocorre sem resistências. Ao longo da pesquisa, foram identificadas algumas iniciativas que vão à contra mão dos interesses da ABAG/RP e têm contestado a inserção da associação nas redes públicas de ensino. A análise destas resistências contribui para compreender as formas pelas quais a associação tem conseguido vencer esta disputa. No entanto, neste artigo a proposta foi analisar o papel daqueles docentes que não têm aderido a resistência, cumprindo, pelo contrário, um papel importante no projeto de produção da imagem do agronegócio numa região marcada pelos conflitos que decorrem do modelo de exploração dominante.

2. O papel dos docentes na hegemonia do agronegócio

A resistência encontrada, por exemplo, no município de Matão não foi identificada nas entrevistas com os professores que participam do Programa Educacional Agronegócio na Escola. Com exceção de um professor que afirmou ter sofrido assédio moral para participar, os demais profissionais entrevistados relataram que sua participação foi voluntária e que desconsideraram o seu papel na estratégia da ABAG/RP, embora todos tenham reconhecido que o trabalho realizado nas escolas valoriza a imagem do agronegócio em suas comunidades. Este aspecto evidenciou a necessidade da pesquisa investigar o papel dos docentes na difusão dos interesses da associação.

Entre os professores entrevistados, nenhum negou a existência de interesses privados no programa, mas todos, ao mesmo tempo, afirmam possuir autonomia para trabalhar nas escolas. A autonomia gozada pelos profissionais da educação que trabalham nas escolas participantes do programa é o elemento fundamental na assimilação destes intelectuais. Esta autonomia é relativa, uma vez que garante à ABAG/RP inserção de seu programa educacional, garantindo a capacitação, o material didático e o tema gerador segundo seus interesses, sem, entretanto, retirar da escola sua capacidade criativa. Assim, dezenas de docentes que participam do programa criam projetos anualmente, expropriados pela ABAG/RP, uma vez que podem ser utilizados em futuras campanhas, programas e ações da associação. A estratégia que garante a autonomia relativa do trabalho docente permite a valorização do agronegócio com pouca resistência nas escolas e baixos custos para seus proponentes. Esta fórmula tem garantido a manutenção do programa a mais de uma década.

A ABAG/RP, através da entrevista com a diretora executiva, garante que entende o seguinte: “cada um trabalha a sua maneira e nós fornecemos este material de apoio.” Ainda neste sentido, a ABAG/RP “não entra em sala de aula.” De fato, nenhum dos professores entrevistados identificou a presença de qualquer representante do programa em sala de aula. Este fato, no entanto, é um dos elementos centrais do processo de cooptação que torna os próprios professores os representantes da associação. O Programa Educacional Agronegócio na escola, diferente da maioria dos projetos empresariais que se inserem atualmente nas escolas públicas, não impõe um único formato de projeto a ser desenvolvido pelos professores. Isto restringiria muito as possibilidades de ação do programa. O programa da forma como é executado garante aos professores uma autonomia limitada que permite que estes executem a proposta de divulgação da ABAG/RP sem se sentirem funcionários do agronegócio. Como disse uma professora no município de Dourado (SP): “Eu não sou funcionária da ABAG”.

A professora da escola em Dourado (SP) argumenta que seu projeto deverá “abordar os dois lados”, resultando em um blog e um jornal com tiragem de mil exemplares em uma cidade com cinco mil pessoas. A pesquisa não teve acesso ainda ao jornal. Portanto, seria precipitado avaliar se o objetivo de levar os alunos a tirarem suas próprias conclusões será atingido. Isto só será possível ser realizado no fim da edição 2013, quando a professora deverá apresentar os resultados do seu projeto na culminância do Programa Educacional Agronegócio na Escola. Entretanto, a julgar pela compreensão que a professora tem sobre o agronegócio a perspectiva que deverá ser evidenciada não está tão distante daquela proposta pela ABAG/RP. Embora argumente que aborde “os dois lados”, a professora identifica que trabalha visando “levar a informação sob a ótica positiva”. O argumento de que a “realidade está aí e não vai mudar” parece justificar sua posição que difere da postura do secretário de educação de Matão, caracterizada como “radical”, que vem impedindo a entrada do programa nas escolas da rede municipal daquele município.

“Professora: “Só que de boa, a ABAG pode não gostar, mas eu abordo os dois lados da questão. E o que eu viço no meu trabalho, pelo menos neste ano, é levar a informação sob a ótica positiva sim. Eu não tenho essa visão tão radical quanto deste Secretário, entendeu? Eu estou trabalhando este outro lado. Eu estou tentando ver no feio o bonito. Vamos assim dizer, vendo o lado positivo. Pra que as pessoas, já que a realidade está aí e não vai mudar. Na minha cidade não tem como. Não tem opção. Hoje você não tem outra opção. Tem a opção das marcenarias, mas são pequenas. Cada uma emprega cinco, seis no máximo. Então, tentar ver o lado bom disso, das pessoas tentarem se profissionalizar e entrar na área, não pra cortar cana, mas pra ser alguém

lá dentro da empresa que vai poder puxar mais alguém que vai crescer que vai abrir a mente. Agora, quanto a postura dele, eu não sei. Eu acho que tem um fundo nisto. Eu concordo, de uma certa forma, com o discurso dele, mas como ele tem o agronegócio como um...sabe o que acontece? Matão tem os caciques, né? É um Douradão. É uma cidade pequena maior, mas ela tem os caciques ainda ali que devem dar as cartas. Matão é Matão e talvez ele queira que os alunos percebam isto, não de uma maneira rebelde, mas de uma maneira crítica.”

A professora, embora afirme trabalhar “os dois lados” da questão agronegócio, reconhece nunca ter se questionado sobre os efeitos de seu trabalho para ABAG/RP. A associação, segundo a professora, foi apenas a “mola propulsora” que “abriu uma porta”. A professora argumenta que não é uma “funcionária da ABAG” e que, portanto, não estaria preocupada com os interesses da associação empresarial, embora reconheça que “existe uma intenção dela por trás disto”. No entanto, segundo a professora é melhor não parar pra pensar muito em quanto está sendo usada pela associação, pois caso contrário “não faço o projeto”:

Professora: “Sinceramente, eu não me preocupo muito com a ABAG. De verdade, a ABAG pra mim foi a mola propulsora do projeto. Eu me preocupo com o projeto na minha cidade, com a repercussão que ele vai ter aqui. A repercussão que vai ter aqui é positiva. Então, óbvio que vai rebater lá na ABAG, mas de verdade se você me perguntar se eu penso nisso, eu não penso na ABAG. Eu não sou uma funcionária da ABAG, eu sou uma educadora e a ABAG me deu uma oportunidade de trabalhar num projeto. É assim que eu penso. Ela viabilizou, ela pra mim abriu uma porta, um caminho pra eu trabalhar o projeto que eu achei legal, por isso comprei a ideia e tô trabalhando. O tipo de resultado que vai ter pra ABAG, de verdade, nunca parei pra pensar, nunca. É lógico que eu sei que existe uma intenção dela por trás disto, mas eu nem parei pra pensar nem na intenção da ABAG. Pra falar a verdade, se eu parar pra pensar muito na intenção da ABAG eu vou sentir usada pela ABAG e aí não faço o projeto igual o cara em Matão. É isso que não pode. (..) A expectativa da ABAG certinho eu nunca parei pra pensar. Acho que é lógico que se eu fizer um bom trabalho para a ABAG será ótima, porque o nome dela está indo junta. É isso.”

Em Descalvado (SP), assim com em Dourado (SP), a professora entrevistada, relatou que tenta realizar o projeto “mostrando os dois lados”. A professora argumenta que é possível separar a visão da ABAG/RP que tem “as preocupações dela” e a influência que o programa terá na escola. Segundo ela, é possível reconhecer que se fosse analisar pelo “lado que o Alexandre levantou em Matão não seria interessante”, no entanto sua opção foi desenvolver o programa:

Professora: “Olha, no início do ano, quando eu assumi a direção, a minha supervisora me ligou perguntando se era interessante continuar com o projeto ou não. Se você for analisar por este lado que o Alexandre levantou em Matão não seria interessante, mas pelo lado que eu falei pra você, a gente tem que mostrar para os alunos também que tem várias visões e também eu penso nesse sentido, se você não mostrar como é

que ele vai ver se diverge ou não? Eu sou da opinião de que se vai mostrar, você não vai elencar como sendo uma diretriz, não é uma lei a ser seguida. Essa é a visão da ABAG porque ela almeja neste sentido, da indústria, do plantio, das coisas, das preocupações dela. A nossa visão na escola é tentar entender como isso vai influenciar aqui na escola. Influenciou, porque isso fez eles pensarem em alguns momentos coisas que eles nunca pensariam. E refletiu nos alunos da seguinte forma: num momento que era pra você trabalhar seguindo os moldes da ABAG que a gente tem até um roteiro pra ser feito, pra pesquisar e tudo, mas a escola conseguiu transformar este roteiro numa coisa que estimulasse ela. Eu acho que produziu alguma coisa de diferente. Mostrar o potencial de alguns alunos para os outros alunos da escola e falar você também é capaz. Veja, esta é uma ideia, entendeu?”

Em Monte Alto (SP), a professora responsável pelo programa também afirmou que tenta trabalhar o seu projeto de forma crítica. Esta professora participou do programa na edição 2012, quando inscreveu um projeto sem, contudo, conseguir entregar os relatórios finais. Em razão disto, não teve a possibilidade de apresentar seu trabalho na culminância do programa e nem participar do Prêmio Professor. A sua escola também não foi relacionada no prêmio “Escola Destaque” nesta edição.

Esta professora de Monte Alto (SP) tinha uma diferença importante em relação aos demais entrevistados, pois já havia participado do programa como aluna. A sua dupla participação, como aluna e professora, foi um elemento que a tornava importante para a pesquisa. Afinal, se o programa tem a capacidade de influenciar a opinião dos estudantes e professores que participantes, como seria com uma pessoa que teria participado como aluna e professora? Qual seria sua postura diante do programa e seus objetivos? A professora, ao ser entrevistada, garantiu, assim como aqueles que foram entrevistados anteriormente, afirmou que “tudo depende da forma como você vai trabalhar”. O argumento central é que os professores que trabalham no programa possuem autonomia para desenvolver seus projetos

Professora: “Então, eu me perguntei, assim, diversas vezes sobre o que eu penso disto. E aí eu cheguei na seguinte conclusão: no meu caso, eu acho que tudo depende da forma como você vai trabalhar. Ideologia tem em tudo. Não é só neste projeto. Eu trabalho com outros projetos e a gente nota que há uma ideologia neles também. Então, eu acredito que o jeito que a gente trabalha pode aguçar isto ou anular, não anular, mas diminuir esta relação. Em nenhum momento, pelo menos na minha fala, enquanto eu trabalhei no projeto, a gente ficou preocupada com estas questões. Eu procurava trabalhar as questões num viés histórico e, se possível, até sociológico da coisa, trabalhando com eles a partir de um ponto de vista tentando ver com eles a aplicação na vida deles, na realidade deles. Então, eu procurei não focar nestas questões, entendeu? Então, no meu caso. Eu acho que pode ter impacto, mas depende de como é trabalhado. Porque, assim, a gente, pelo menos os alunos em nenhum momento eu acho que isto foi, como que eu vou dizer? Isto foi colocado em questão desta forma, entendeu? Tanto que nem sei se os

alunos sabem que tem a questão da iniciativa privada. Eu acho que isto ficou mais patente na visita, porque a gente foi em uma empresa, mas aí na empresa, mesmo as pessoas da empresa tiveram um pouco este cuidado de querer fazer eles entenderem mais a dinâmica do que eles estavam fazendo do que a empresa em si e outras coisas. Então, eu acredito depende da abordagem da pessoa. Porque eu acho que pode ser nocivo sim, mas depende do professor. Pode ser nocivo, mas depende da forma como você trabalha. Mas eu acho que pode ser positivo, não é? Pelo menos a mim não foi imposto nada. Eu peguei o material, que o material é pronto, mas eu não ficava naquilo. A gente tem liberdade pra fazer o que quiser, a partir do material. Eu acho que não me foi imposto nada. Eu pensei sobre isto, mas não eu não vi como uma coisa que atrapalhasse. Eu tentei pegar o que era positivo para trabalhar com eles.”

O argumento central dos professores que relataram participar do programa de forma crítica é o mesmo apresentado pelas representantes da ABAG/RP quando afirmam que a associação “não entra em sala de aula”. Ambos reafirmam que os projetos desenvolvidos nas escolas não são controlados pela ABAG/RP e, assim, os professores teriam autonomia para manter sua criticidade diante dos interesses privados. Entre os professores entrevistados todos afirmaram ter autonomia para criticar o programa. É importante, no entanto, identificar que, com exceção do professor que teve contrato com a prefeitura de Ribeirão Preto, nenhum dos demais entrevistados declarou ser contrário a modelo de produção expresso no agronegócio. Estes professores argumentam que há aspectos positivos e negativos que são trabalhados nos projetos.

O argumento apresentado pelos professores, no entanto, não foi possível ser constatado pela pesquisa. Entre os projetos que a pesquisa acessou até o momento somente o projeto “Desenvolvendo a autonomia na escola: reflexões sobre sustentabilidade por meio de pesquisa, análise e crítica” é frontalmente crítico ao agronegócio. Talvez, por isto, este projeto tenha sido avaliado como o pior projeto entre aqueles avaliados pela ABAG/RP na edição 2012.

Considerações Finais

As resistências sofridas pela ABAG/RP, apesar do êxito no caso do município de Matão (SP), não foram suficientes para impedir que o programa educacional investigado entrasse nas redes municipais de Ribeirão Preto. A mobilização organizada não conseguiu avançar mais do que a divulgação das denúncias no Conselho Municipal. O elemento definidor, neste caso, para a insuficiência da resistência à ABAG/RP foi a capacidade da associação na assimilação dos professores das escolas públicas, sendo possível inserir um programa de valorização da imagem do agronegócio neste espaço por tanto tempo.

Foi possível identificar, junto aos professores e a própria ABAG/RP, que há um esforço para demonstrar a existência de autonomia na relação entre a associação e os profissionais da educação, sobretudo, quando se refere ao objetivo de valorizar a imagem do agronegócio. Esta é uma característica típica identificada entre aqueles intelectuais que, diferentes dos intelectuais orgânicos do Agronegócio, como Roberto Rodrigues ou aqueles funcionários das empresas visitadas por professores e alunos, não assumem a posição histórica de “funcionários da ABAG”, para recorrer a expressão utilizada pela professora no município de Dourado (SP).

O artigo conclui que esta postura assumida pelos professores, ao invés de se objetivar como mais um aspecto da resistência à ABAG/RP, só é possível por causa da autonomia relativa prevista pela própria associação. Esta autonomia, sempre muito relativa, se constitui no principal instrumento na assimilação destes professores à estratégia da ABAG/RP. A relação com os professores, instituída nestes marcos, é justamente o que permite a realização do programa nas escolas públicas com o mínimo de resistência e custos possíveis. Este é o principal aspecto que objetivamente garante uma existência tão prolongada de um projeto empresarial realizado no espaço escolar

Referências Bibliográficas

- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. Rio de Janeiro: Contexto, 2009.
- BRUNO, R. L. Agronegócio, a palavra política. Comunicação apresentada no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.” GT19 Representação de interesses patronais rurais e agroindustriais na América Latina.
- GRAMSCI, A. *O Leitor de Gramsci*. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- LACERDA, E. V. Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MENDONÇA, S. R. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

PINTO, R. G. O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.